

Mesmo com a proibição do uso do amianto, desafios à saúde pública ainda são enormes

Fonte: Portal do INCA

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto, que tornou inconstitucional o artigo 2º da Lei Federal 9.055/1995, que permitia a extração, industrialização, comercialização e a distribuição do uso do amianto na variedade crisotila no País, o Brasil dá um novo passo em termos de saúde pública e respeito ao meio ambiente. Até porque, ao tornar inconstitucional o dispositivo da norma federal que autorizava o uso dessa modalidade de amianto, validou norma estadual (de São Paulo) que proíbe o uso de qualquer tipo de amianto. Na prática, qualquer forma de exploração da substância poderá ser questionada juridicamente.

Trata-se de uma batalha que data de mais de 40 anos. Em 1972, a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (da Organização Mundial da Saúde, OMS) classificou todas as fibras de amianto como reconhecidamente cancerígenas: não há dúvidas científicas que a exposição humana ao amianto (crisotila, crocidolita, amosita, tremolita, actinolita e anfíbólio) está associada ao mesotelioma (pleura, peritônio e pericárdio) e aos cânceres de pulmão, laringe, ovário, faringe, estômago e colorretal. Também não há níveis seguros de exposição ao produto.

Já para a OMS, os países não têm motivos para manter a produção e uso do amianto: as informações existentes sobre os efeitos negativos à saúde são reconhecidas e amplamente divulgadas, os custos associados a esses efeitos superam cada vez mais os possíveis benefícios de sua utilização e há substitutos disponíveis no mercado que podem ser mais baratos.

Situação até a decisão do STF

O Brasil é um dos cinco maiores produtores e consumidores de amianto no mundo. Um estudo publicado em 2014 pela Fiocruz sobre mortalidade por mesotelioma realizado no Brasil revelou a ocorrência de 3.718 óbitos (mesotelioma e câncer de pleura) no período entre 1980-2010. Outra pesquisa, da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, publicada em 2015, mensurou 929 casos de mesotelioma e 1.379 casos de câncer de pleura entre 2000 e 2012. Estimou-se que no período 2011-2016 ocorreria o pico de óbitos por mesotelioma no País.

Após o banimento

As coisas não mudam do dia para noite no âmbito da saúde pública. Mesmo com o banimento, o País pode experimentar nos próximos anos um aumento do número de casos de câncer e outras doenças associados ao amianto, bem como elevação dos gastos em saúde e com remediação dos resíduos de produtos contendo a substância.

“Os tumores sólidos têm um período de latência de 20 anos em média. Particularmente para o mesotelioma, esse período é superior a 30 anos, com tempo mínimo de 11 anos”, explica Ubirani Otero, da Unidade Técnica de Exposição Ocupacional e Ambiental da Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV) do INCA. Estima-se também o aumento da exposição ambiental gerada pelos resíduos com o consequente crescimento do número de casos de doença por exposição não ocupacional. Países com elevado consumo de amianto nas décadas 1960 e 1970 tiveram que elaborar estratégias para lidar com a remediação e remoção segura do amianto instalado. “Precisamos nos preparar para cuidar do passivo ambiental e investir em vigilância e fiscalização dos ambientes de trabalho para que a lei seja cumprida”, alerta Ubirani Otero.

PESQUISA

Pesquisadora visitante do INCA recebe prêmio por se destacar na Ciência



Gabriela estuda disfunções de proteína em pacientes com câncer de mama

A pesquisadora visitante do INCA pelo Programa de Bolsas de Formação em Pesquisa Oncológica e integrante do Programa de Hemato-Oncologia Molecular do Instituto Gabriela Nestal foi agraciada em agosto com o prêmio *L’Oreal - Unesco - ABC para mulheres da Ciência*, na área *Ciências da Vida*. Gabriela receberá bolsa-auxílio de R\$ 50 mil para fundamentar e dar continuidade às suas pesquisas.

O prêmio foi para a pesquisa que estuda as disfunções de uma proteína em pacientes com câncer de mama que não respondem bem ao tratamento quimioterápico. “Queremos descobrir por que essa proteína está desregulada e se essa pode ser uma das causas de recaídas após a quimioterapia”, explicou Gabriela.

Um júri acadêmico, formado por nomes da Academia Brasileira de Ciências, escolheu sete ganhadoras avaliadas pelo potencial das pesquisas e pela trajetória que já desenvolveram em suas áreas de atuação.